

## A TOPONÍMIA “HÍBRIDA” DE GOIÁS: TUPI E PORTUGUÊS NA FORMAÇÃO DOS LOCATIVOS GOIANOS

Ana Maria Pereira Santos (POSLLI/UEG)

Kênia Mara de Freitas Siqueira (POSLLI/UEG)

**Abstract:** The interest in describing the hybrid toponyms of Goiás comes from the perception that, when looking for Tupi linguistic elements to name the places in Goiás, the first naming of the Goiás' territory (T), revealed an intrinsic relationship between the people (P) and the environment newly occupied, a relationship that is at the origin of the motivation for dozens of place names in Goiás. The objective of the study is, then, to describe some of these toponyms to reflect on the probable impression that the environment causes on P and to recognize how the linguistic mechanisms of word formation fit in the translation of these motivations. The present study is based on the works of Cabrera (2002), Mexias-Simon (undated), Pocklington (undated), Siqueira (2022) and Couto (2007, 2015). The methodology is characterized by a bibliographical review, consultation of documents and interpretation of data from an ecosystemic perspective. Initially, we could give as example of hybrid toponyms (by derivation or composition) toponyms like Goiânia, Campinaçu, and Nova Crixás.

**Keywords:** Toponyms; Hybridism; Ecosystem.

**Resumo:** O interesse por descrever os topônimos híbridos de Goiás advém da percepção de que, ao buscar elementos linguísticos do tupi para nomear os lugares goianos, os primeiros nomeadores do território (T) goiano, revelaram uma intrínseca relação entre o povo (P) e o ambiente recém ocupado, relação essa que está na origem da motivação para dezenas de locativos de Goiás. O objetivo do estudo é então, descrever alguns desses topônimos para refletir sobre a provável impressão que o ambiente causa em P e reconhecer como os mecanismos linguísticos de formação de palavras se encaixam na tradução dessas motivações. Para tanto, pauta-se nos trabalhos de Cabrera (2002), Mexias-Simon (s/d), Pocklington (s/d), Siqueira (2022) e em, Couto (2007), (2015). A metodologia caracteriza-se pela revisão bibliográfica, consulta a documentos e interpretação dos dados sob viés

ecossistêmico. Inicialmente, podem ser relacionados os topônimos híbridos (por derivação ou composição) Goiânia, Campinaçu, Nova Crixás para citar alguns.

**Palavras-Chave:** Topônimos; Híbridismo; Ecossistema.

### Introdução

Há, em todas as línguas, um acervo de elementos em constante expansão, que, em contrapartida, utiliza-se de material linguístico disponível que faz com que toda língua tenha a capacidade de ampliar seu léxico de maneira, segundo Basílio (2011), ecologicamente correta, isto é, face à necessidade de nomear algum objeto do mundo físico, seja um objeto cultural, físico natural ou mesmo tecnológico, a língua dispõe de um acervo de lexemas, morfemas, raízes e mecanismos que permitem expandir o léxico de modo a atender ao povo (P) que interage por meio dessa língua (L). Se falta algum elemento que dê conta de, linguisticamente, descrever tal objeto, o nomeador lança mão de elementos linguísticos de outras línguas para fazê-lo.

O estudo se baseia nas relações entre os componentes do Ecossistema Integral da Língua, representados na figura 1, pois conforme Couto (2017, p. 25), essa “figura pode ser considerada a porta de entrada para um outro mundo” ou uma nova maneira de olhar para o mundo, “a visão ecológica do mundo (VEM)”. Isso pode significar inúmeras outras possibilidades de ver e entender os fatos da língua, sejam no âmbito gramatical ou lexical em suas inter-relações com os elementos do mundo.

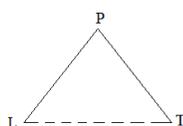


Fig. 1 Ecossistema Integral da Língua

Em relação à onomástica, área de estudos em que está inserida a toponomástica, tem-se que, em consonância com Dick (2001), o sistema onomástico, a princípio, utiliza-se dos constituintes disponíveis no léxico virtual de dada língua. Se, por ventura o nomeador considerar que, em consonância com a proposta de Todorov (2019), não há a analogia entre o nome e a descrição (não entre nome e coisa), aquele que vai escolher o nome do lugar, pode-se valer de elementos de outras línguas, usando apenas morfemas ou combinando-os com a língua do nomeador.

É aí que se insere o interesse pelo estudo dos topônimos considerados, a princípio, como “híbridos”, cujos elementos constituintes combinam morfemas, bases, raízes e outros de línguas diferentes para realçar ou descrever um traço característico do lugar nomeado. Tendo em mente que os primeiros agentes da nomeação do território (T) goiano revelaram uma relação intrínseca entre o povo (P) e o lugar recém-ocupado, relação que pode ser vista como fonte de motivação para inúmeros topônimos de Goiás.

Este estudo tem o objetivo de descrever alguns topônimos goianos para refletir sobre as impressões que o ambiente causa em P e verificar como os mecanismos linguísticos de formação de palavras se encaixam na expressão dessas motivações. Conforme Dick (2001) o locativo é a palavra cujo entendimento se complementa no espaço.

A metodologia consiste, inicialmente da revisão bibliográfica, mas caracteriza-se pela ideia de que qualquer estudo ecológico assume um itinerário teórico multimetodológico (COUTO, 2017). Utiliza-se, ainda, do método de focalização de Garner (2004), isto é, aproxima-se o foco do objeto, quando se fizer necessário investigar um fenômeno microscopicamente. Em outras palavras, aproxima-se o foco fazendo um *zoom*. O fenômeno de formação de palavras mediante processo de hibridismo recebe o foco deste estudo. Inicialmente, podem ser relacionados os topônimos híbridos (por derivação ou composição) Goiânia, Campinaçu, Nova Crixás para citar alguns.

### **1 Morfologia: a formação de palavras**

É consensual relacionar o conceito de “morfologia” à estrutura e formação de palavras” em dada língua. Quando se fala em estrutura, pensa-se em sistema, nas relações que se estabelecem entre as palavras, em termos sintáticos, e nas relações intrapalavras, quando se estuda a morfologia de alguma língua. Há inúmeras abordagens que podem ser feitas sobre as relações “dentro” das palavras, entre os elementos que as formam. Para Couto (2007), quando se pretende discutir as inter-relações entre os elementos do ecossistema integral da língua, isto é, as relações entre língua e meio ambiente, pode-se pensar na função desses elementos, no significado que acrescentam a outras palavras, e isso caracteriza as relações entre língua e meio ambiente. Assim, é possível discutir algumas questões sobre morfologia e meio ambiente.

Especificamente, este estudo visa reconhecer, por meio da descrição de processos de formação de palavras em português, os elementos linguísticos, raízes, sufixos, prefixos, que estão

na “estrutura” de alguns topônimos goianos, considerados, a princípio, como híbridos, por combinar elementos de línguas diferentes (português, tupi, inglês entre outras).

As estruturas e as formas das palavras são objetos de estudo da morfologia. A morfologia, do grego, *morphé* (*morfo*: forma) e *logia* (*logos*: estudo), tem como objetivo, portanto, estudar as palavras quanto as suas estruturas e os seus processos de constituição.

Para Couto (2007, p. 174), “o termo ‘palavras’ indica que a morfologia tem algo a ver com léxico”. Sobre isso, o autor, reafirma que “a morfologia tem sido considerada um dos componentes da língua de mais difícil delimitação”. O conceito de palavra já foi amplamente discutido, o que pode ser enfatizado aqui é o que Biderman (2001, p. 106) resumiu a questão afirmando que muitos linguistas mais radicais, consideram-no (o conceito de palavra) como “pré-científico”, mas em contrapartida pode-se pensar como tipo particular “de sintagma autônomo caracterizado pela inseparabilidade de seus elementos” constituintes.

Morfemas não são palavras, mas as constitui como formas mínimas significantes e recorrentes. Biderman (2001, p. 99) acrescenta que “em todo falante existe uma consciência intuitiva de uma unidade léxica”. Considerando uma comunidade de língua, é difícil imaginar que P não saiba o que significa uma palavra na sua língua. Qualquer falante de uma L tem noção intuitiva do que constitui uma palavra na sua língua, ainda que essa língua não tenha uma escrita sistematizada.

O que se pretende neste estudo é investigar como o denominador nomeia um lugar. Quando o faz, pode utilizar o léxico comum de L ou criar, de acordo com os processos de formar palavras, um novo termo, que não é considerado neologismo se oficializado imediatamente após o batismo. Os topônimos são considerados componentes do léxico, mas como signos linguísticos que também são, passam pelos mesmos processos de formação e composição caso sejam criados pelo nomeador. Se forem palavras da língua, nomes comuns que se convertem em nomes próprios de lugar, apresentam os mesmos morfemas da língua, mas sofrem um processo de formação de palavras específico: a conversão (nome comum que se torna nome próprio). Para Basílio (2011),

a mudança de classe de palavras pode estar associada a um processo não de derivação mas de conversão<sup>1</sup>, o que ocorre quando uma palavra de uma dada classe passa a ter também as propriedades de uma outra classe, mas sem uma marca morfológica correspondente. O nome é adequado, pois não se trata, propriamente, de uma derivação; a rigor, a conversão é o resultado de uma expansão de

---

<sup>1</sup> Alguns estudiosos chamam de “derivação imprópria”.

## ECO-REBEL

propriedades de uma palavra, a qual passa a ser usada em situações próprias de outra classe.

A marca que corresponde à conversão de um nome comum em nome próprio se dá apenas na escrita, ou seja, os nomes próprios são grafados com letra maiúscula. Dick (2001, p. 82) o aponta como um dos pontos básicos para reconhecimento da formação e significação das denominações, processo de formação de locativos, que ela chama de “derivação imprópria ou por conversão de uma classe gramatical em outra”. Como exemplo de conversão na toponímia goiana, pode-se citar: águas lindas > Águas Lindas de Goiás, caldas novas > Caldas Novas, baliza > Baliza, ouvidor > Ouvidor, porteirão > Porteirão, todos nomes de municípios goianos.

A língua é constituída pelo léxico e pela gramática. É pela língua que o ser humano interage e é capaz de compreender o mundo à sua volta. Biderman (1987, p. 81), ressalta que “O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos objetos, o homem os classifica simultaneamente”. Assim, nomear coisas, sentimentos, lugares (atividade característica do ser humano) é fundamental para a compreensão do meio, para comunicar algo e conhecer a cultura de povos distintos.

[...] o homem só existe histórica e socialmente quando houver linguagem para expressar essa história social. A linguagem faz parte da sua história. Essa linguagem é expressa por palavras e essas palavras irão constituir o sistema lexical de uma língua e, conseqüentemente, de um povo. Partindo dessa premissa, estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer mais um pouco da história social do povo que a utiliza (ISQUERDO; SEABRA, 2012, p. 141-142).

A palavra pode ser uma fonte de informações valiosas que apresentam costumes, crenças, histórias e culturas de comunidades, etnias e grupos distintos. Portanto, pode-se dizer que, “Léxico e cultura são indissociáveis. A língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais. [...] Cada palavra selecionada nesse processo acusa as características sociais, econômicas, etárias, culturais etc. de quem a profere” (ISQUERDO; SEABRA, 2012, p. 141). Nesse sentido, entende-se que, a palavra possui uma carga significativa enorme que, no caso dos topônimos, por exemplo, pode carregar a história de um lugar e de povos, traços culturais, entre tantas outras informações.

De acordo com Bechara (2009, p. 297), no português, há dois principais processos de formação de palavras: a composição e a derivação. Na composição, as palavras resultam da união de dois radicais enquanto na derivação, as palavras se constituem por meio de palavras já existentes com acréscimo de prefixos e sufixos.

## ECO-REBEL

Couto (2007) reconhece tanto processos de composição (que envolvem relações metafóricas ou metonímicas) quanto de derivação em que se utiliza raízes, bases lexicais, morfemas produtíveis e disponíveis de L. Caso não haja esses elementos na língua, pode-se recorrer a acervos de outras línguas.

Bezerra (2015, p. 147) salienta que “Boa parte das palavras da nossa Língua provém de outras já existentes. Como a Língua é dinâmica, outras palavras foram surgindo a partir da influência tanto do povo como dos escritores”. Neste sentido, compreende-se que, muitas palavras que constituem o léxico do português brasileiro, têm sua origem em outras línguas. O latim, por exemplo, língua extremamente importante no processo de formação do português, deu origem a incontáveis palavras do português, Entre os processos de formação de palavras, há, também, o hibridismo.

Segundo Bechara (2009, p. 310), “Chama-se hibridismo à formação de palavras com elementos de idiomas diferentes”. Lima (2011, p. 279) conceitua hibridismo como “[...] palavras compostas, ou derivadas, constituídas por elementos de procedências diferentes”. Portanto, são palavras híbridas, aquelas que se constituíram por meio da união de elementos mórficos de línguas distintas.

De acordo com Basílio (2011, p. 48), a expansão do léxico de uma língua é efetuada sobretudo por processos de formação de palavras; isso garante “a máxima eficiência do sistema”. A língua dispõe, assim, de fórmulas padronizadas de construção de novas palavras por meio de material já existente no léxico. É possível formar ou captar a estrutura de palavras e então reconhecer palavras já existentes, mas não conhecidas anteriormente. Em outras palavras, segundo Basílio (2011, p. 48), “o léxico é ‘ecologicamente correto’: temos um banco de dados em permanente expansão, mas utilizando sobretudo material já disponível, o que reduz a dependência de memória” e garante interações automáticas. Isso mostra que a língua é sustentável; havendo necessidade, cria-se palavras para atender novas formas de interação e comportamentos. Basílio (2011, p. 48) fala ainda de:

Um esquema geral de reciclagem com o qual conseguimos mais produtividade e eficiência no sistema se resume em utilizarmos fragmentos de material em novas construções. Mas apenas materiais estruturados, isso é, reconhecidos por padrões gerais de estruturação, podem ser utilizados. Podemos pensar nos processos de formação de palavras como padrões de reciclagem de materiais para a produção de novas formas.

## ECO-REBEL

Se, em contrapartida, P quer nomear lugares novos e não encontra materiais para a produção de nomes que considerada adequados, lança mão de elementos de outras línguas e pode até criar nomes híbridos. Há, em português brasileiro, um número significativo de nomes que resultam da contribuição de línguas distintas na composição ou formação de locativos. Exemplo disso são os vários topônimos espalhados Brasil afora que se formaram da junção de duas (ou mais) bases de línguas diferentes como Campinaçu (latim + tupi), Rubiataba (latim + tupi), Uruceres (tupi + latim), entre tantos outros.

Há também, segundo Lima (2011, p. 279), palavras constituídas da junção de outras línguas como o grego e o latim, o árabe e o tupi, o tupi e o grego, o tupi e o português, entre outras combinações. Estas e outras línguas, como o inglês e o alemão, também estão presentes nos topônimos brasileiros.

De acordo com Sandmann (2020, p. 48), o elemento “[...] -Lândia originou-se do alemão/inglês Land/land. [...] podem-se encontrar no Brasil muitos topônimos com o morfema -lândia: Bragalândia, Romelândia, Roselândia, Uberlândia, Vasconcelândia, etc.”. Este sufixo é visto também nos topônimos goianos como em Crixalândia, Maurilândia, Niquelândia, entre outros.

Segundo Couto (2007, p. 177), é provável que o sufixo “-ia” usado em diversas línguas europeias de origem latina (Grécia, Itália), “tenha tido a ver com terra ou território”, já que “a ideia de nome de país significando ‘a terra dos’ é bastante generalizada nas línguas da Europa”.

Os topônimos híbridos possuem, portanto, contribuições lexicais de línguas distintas que carregam histórias e peculiaridades. Em consonância com Biderman (1987, p. 83), admite-se que, “O léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística que tem uma história”.

A toponímia goiana apresenta alguns topônimos que, a princípio, podem ser considerados híbridos porque, na sua formação aparecem morfemas de língua diferentes como bases lexicais, sufixos ou prefixos. Dada a história da ocupação do território goiano e mesmo posteriormente, há um número expressivo de elementos mórficos do tupi, escolhido pelos bandeirantes que para Goiás acorreram em busca do ouro, ou formados intencionalmente pela combinação, composição de morfemas do tupi já no século XX.

Segundo Bagno (2011), por um longo período inicial, o português foi uma língua minoritária no Brasil, já que eram dominantes duas línguas gerais de base indígena: a língua geral

da Amazônia e a língua geral paulista, empregada, principalmente em São Paulo e, posteriormente, levada ao interior (ou sertão), pelos bandeirantes. De acordo com Bagno (2011, p. 231), a despeito do grande número de línguas indígenas,

o tupi foi a que mais deu contribuição do português brasileiro, sobretudo no léxico, por causa da ação dos bandeirantes paulistas, que denominavam com palavras tupi os locais e acidentes geográficos que encontravam em seu caminho sertão adentro. Por essa razão, é comum encontrar toponímia tupi mesmo onde nunca houve uma população tupi original.

Nesse sentido, Bagno (2011) reitera que ainda não houve consenso entre os pesquisadores acerca da influência das línguas indígenas sobre o português que não tenha sido a contribuição ao léxico. Acrescente-se que a contribuição maior foi para o léxico toponímico brasileiro.

Segundo Dick (2001, p. 83), de certa forma, continuam sendo empregadas, em sua maioria, as mesmas matrizes lexicais do período colonial, com substratos vários “incorporados à dialetologia portuguesa e aqui mesclados com os tupinismos ocorrentes e, depois com os empréstimos de outras fontes americanas”.

## 2 Nomes formados por constituintes de língua diferentes

Os nomes formados por elementos mórficos de línguas diferentes, denominados topônimos híbridos, referem-se a nomes de lugares compostos por bases de línguas distintas. Este estudo procurou focalizar nos híbridos que têm entre seus constituintes pelo menos um elemento do tupi.

Topônimos: *Buriti Alegre* e *Buritinópolis*

Ambos os topônimos combinam a base tupi *mbiriti* ‘nome de uma palmeira’, mais um elemento de outra língua; para *Buriti Alegre*, uma composição toponímica com *mbiriti* + modificador de origem latina *alegre* ‘animado’; para *Buritinópolis* a composição se dá com a base tupi + elemento grego *-polis* ‘cidade’.

Topônimo: *Caiapônia*

## ECO-REBEL

*Caiapônia*: do tupi *caá-y-póra* + - (*a*)*nia*<sup>2</sup> variação do sufixo nominal do latino (-*a*) *nus*, (-*a*)*na* que se documentam em nomes e modificadores com as noções de proveniência, território, terra de origem, em lembrança aos primeiros habitantes da região.

Topônimo: *Campinaçu*

Campina: ‘*campo*’: “Do lat. *Campus* // Acampamento XX. O voc. ing. *camping* ‘acampamento’ é de uso bastante extensivo no Brasil” (CUNHA, 1998, p.144-145) + *açu* (do tupi, grande). “v. assu, melhor grafia” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.156). Em nomes formados com sufixos do tupi -*açu*, utiliza-se o hífen se o primeiro elemento terminar em vogal acentuada ou em tônica nasal. Quando não forem acentuados, são utilizados sem hífen.

Topônimo: *Crixalândia*

Crixás<sup>3</sup>, *crixá* (etnotopônimo) - “cid. de Goiás; de Crixá, nome de uma tribo que outrora habitou a região” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.45) + -*lând* + *ia*, variação do sufixo nominal do latino (-*a*) *nus*, (-*a*)*na* de origem anglo-saxão, alatinados com o recurso do sufixo -*ia*, . 2. terra (CAVALCANTE; ANDRADE, 2009, p.15). *Crixalândia*, top. No Brasil: Goiás. de *Crixá* + *lândia*” (MACHADO, 2003).

Topônimos: *Goiandira*, *Goianésia*, *Goiânia*, *Goianira*, *Goianópolis*

A base *goyá* serviu de base para formação de vários topônimos seja na época das bandeiras, durante a ocupação da região, seja posteriormente, já no século XX. Então tem-se: *Goiandira* do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante<sup>4</sup>’ + -*dira* elemento desconhecido, mas como não é de origem tupi, se considera a formação como híbrida. *Goianésia* do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante, o nome é homenagem a uma cidade de Minas Gerais com mesmo nome. O elemento -*esia* não tem origem clara, mas não há indicação de ser tupi. *Goiânia*, nome escolhido por Pedro Ludovico, para a então nova capital do estado, vem do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + - (*a*)*nia* variação do sufixo nominal do latino (-*a*) *nus*, (-*a*)*na* que se documentam em nomes de territórios, em referência a terra de origem; *Goianira* também

---

<sup>2</sup> Cf. Couto (2007, p. 177), citado acima.

<sup>3</sup> “Kirirás” ou “Curuchás”, uma tribo que habitava Goiás, adaptado em português para *Crixás*.

<sup>4</sup> A contraparte de *guayá* ‘indivíduo semelhante’ é tapuia ‘povo de outra etnia, não tupi’.

## ECO-REBEL

apresenta a base tupi *goyá* + (d) *-ira*, também de origem desconhecida. *Goianópolis*, mesma base tupi *guayá* + elemento grego *-polis* ‘cidade’. Há ainda entre os topônimos com a base *guayá* o locativo *Goiatuba*, mas este não constitui uma formação toponímica híbrida já que o elemento *-t(i)uba* ‘abundância, coletividade’ é de origem tupi.

Topônimo: *Nova Crixás*

*Nova Crixás* “novo *adj.* ‘moço, jovem’ ‘original’ ‘de pouco uso’ XIII. Do lat. *novus* –a || inovação | ennução XV, emnução XV, inovação XVI” (CUNHA, 1998, p.552) + *crixá* (etnotopônimo – nome dos indígenas da etnia “kirirás” ou “curuchás” adaptado em tupi para Crixás): “cidade de Goiás; de *Crixá*, nome de uma tribo que outrora habitou a região” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.45).

Topônimo: *Rubiataba*

“Rubiataba – cidade de Goiás; é um nome híbrido; de *rubiá* (*rubiácea*, fam. de plantas a que pertence o café), e *-taba*, termo tupi que significa aldeia; portanto, *rubiá-taba*, quer dizer: aldeia das *rubiáceas*, cidade das *rubiáceas*” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.101).

Topônimo: *Uruana*

Para o topônimo *Uruana*, há algumas possibilidades de descrição, mas todas indicam o processo de hibridismo. “Uruana – cid. do E. de Goiás; possível alt. de *uruã*, que por sua vez é contração de *uruanga*, sombra de *uru*, abrigo de *uru*” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 118). *uru* + *ana*; *uru* + *-an(a)*- ano, suf. nom., do lat. *anus* –ana, que se documentam em adjetivos e em substantivos com noções de: (i) proveniência, origem (goiano) (CUNHA, 1998, p. 51). *Uru* (espécie de ave, de origem tupi) + *ana* (f. Do hebr. Hannah, <<graça>>, isto é, <<graciosa>>, pelo gr. Anna e depois pelo lat. Anna (MACHADO, 2003, p. 128).

Topônimo: *Uruceres*

*Uruceres*, de *uru* do tupi – esp. de ave + *ceres*: “sf. ‘(Mit.) deusa da agricultura, no paganismo’ ‘fig. Os cereais, o campo’ 1844. Do mit. lat. *Ceres* // *cério* sm. ‘(Quím.) elemento de número atômico 58’ 1858. Do lat. cient. *cerium*, introduzido por Berzelius na linguagem internacional da química, em 1804, em alusão ao planeta *Ceres*, descoberto em 1801, cujo nome dimana do mit. *Ceres* // *cerita* sf. ‘mineral composto de silicato hidratado de *cério*’ 1858. Cp. *cereal*” (CUNHA, 1998, p.173).

### Considerações finais

A interpretação léxica dos topônimos deve levar em conta que estes são signos linguísticos criados a partir de uma motivação ou escolhidos entre os demais signos de L. Estes signos, que remetem a uma realidade do mundo exterior podem ser vistos como referenciais. O que acontece é que, ao aproximar os nomes de lugar de referentes físicos e dos recortes culturais específicos de cada P, fica de certa forma, subentendida sua estreita relação com tais referentes, são vistos como dêiticos. Para Dick (2001, p. 89), “quanto mais específico se tornar o modelo e mais adequado ao objeto menos provável sua expansão a outros centros, pela descontinuidade da relação onomástica”. Assim, certos percursos no ato de nomear podem indicar um “continuum” cultural, socialmente adotado, que leva a condutas durante o processo de nomeação. Nesse sentido, a despeito de haver acervo disponível e adequado para nomeação em dada língua, o denominador pode recorrer a outros elementos de línguas diferentes que podem ou não, ser vistas como substrato ou adstrato de L, mas usando os mesmos mecanismos disponíveis em L. Em outras palavras, o nomeador quando escolhe um recurso que considera mais adequado ao nomear um dado lugar, está apenas percorrendo um caminho cultural já aceito socialmente ou historicamente contextualizado.

De acordo com Dick (2001, p. 89), há imbricamentos entre os componentes toponímicos. Tal imbricamento é que pode permitir a visualização da combinação interna de cada composição toponímica. Ainda que de línguas diferentes, pode-se verificar se estão em harmonia interna, nomes e características ambientais e termos escolhidos. O que acontece, na verdade, é a designação do objeto por meio da palavra, as formas lexicais, que estão amalgamadas no simbolismo de representação de L, seja no recorte nominal que faz parte do léxico ou no onomástico: “projeção da forma linguística a um objeto espacial que a ela se aplica”.

Nesse sentido, verifica-se pelo imbricamento de elementos constitutivos do topônimo considerados híbridos, que há a combinação de constituinte da língua tupi combinado com outro ou outros componentes do português ou até mesmo de outras línguas. Isto reflete, mesmo algum tempo depois do ato nominativo, ainda que não saibam atribuir um significado (etimológico) para, por exemplo, *Nova Crixás*, *Rubiataba*, *Uruana*, os falantes do território reconhecem que se trata de composição toponímica com língua de origem indígena. Em outras palavras, reconhecem que não são apenas nomes de origem portuguesa que formam o locativo, pois conseguem identificar o elemento tupi. Esse fato pode indicar que, de fato, esses nomes podem ser considerados híbridos.

**Referências**

- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileira*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BEZERRA, Rodrigo. *Nova gramática da língua portuguesa para concursos*. São Paulo: Método, 2015.
- BIDERMAN, M.T. C. *Teoria Linguística*, 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. Porto Alegre, PUCRS, 1987. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/17049>
- CABRERA, G. T. Sobre Toponomástica, 2002. Disponível em: [http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/Sobre\\_toponomastica.pdf](http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/Sobre_toponomastica.pdf)
- CAVALCANTE, L.R.; ANDRADE, K.S. Análise e descrição dos topônimos tocantinenses no contexto da Belém-Brasília. São Paulo: USP, 2009.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- \_\_\_\_\_. Linguística: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem. In: COUTO, E. K. N. N. do; DOURADO, Z.; SILVA, A. N. da; AVELAR, J. N. (orgs.). *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2017. p. 21-44.
- COUTO, E. K. N. N. do. Dez anos de ecolinguística no Brasil: inovações. In: COUTO, E. K. N. N. do; DOURADO, Z.; SILVA, A. N. da; AVELAR, J. N. *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2017. p. 45-64.
- CUNHA, A.G. *Dicionário etimológico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- \_\_\_\_\_. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2.ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 79-90.
- GARNER, M. *Language: na ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.

## ECO-REBEL

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2012.

LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MACHADO, P. J. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. V. A-D.

MEXIAS-SIMON, M. L. Os nomes e sua possível motivação, s/d. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4599>

POCKLINGTON, R. Introducción a la Toponomástica, s/d. Disponível em: [https://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCI%C3%93N\\_A\\_LA\\_TOPONOM%C3%81STICA\\_1\\_ASPECTOS\\_UNIVERSALES\\_DE\\_LA\\_TOPONIMIA](https://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCI%C3%93N_A_LA_TOPONOM%C3%81STICA_1_ASPECTOS_UNIVERSALES_DE_LA_TOPONIMIA)

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: UFPR, 2020.

TIBIRIÇÁ, L.C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significados dos nomes geográficos de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 5. ed. Martins Fontes: São Paulo, 2019.

Aceito em 31 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.